

NOTA PRÉVIA

A Guerra de Conquista nos Territórios dos Índios Kaingang do Tibagi¹

LÚCIO TADEU MOTA²

Resumo

Os territórios da bacia do rio Tibagi no Paraná foram ocupados, desde tempos imemoráveis, por populações indígenas, que sempre defenderam suas matas, seus campos e rios dos invasores. Pretendemos apresentar aqui a **guerra de conquista** movida contra essas populações e seus territórios pelos brancos, europeus e nacionais, até o século XIX. Ela teve início já nas primeiras décadas do século XVI, em nome do "Rei" (Espanha e Portugal) e "Deus" (Reduções Jesuíticas), com as expedições portuguesas e espanholas cruzando a região em busca de metais, escravos, e de uma rota para o Paraguai e Peru. Acentuou-se nos seiscentos com a implantação das Reduções Jesuíticas no Guairá e com as bandeiras paulistas que invadiram a região capturando índios. Prosseguiu no século XVIII com a descoberta de ouro e diamantes no Tibagi e com as expedições militares que construíram fortificações e cruzaram o território rumo ao Mato Grosso. Recrudescer no novecentos, em nome da "Nação Brasileira" que se fundava, com a ocupação da bacia oriental do Tibagi, e a partir da segunda metade do século, com a invasão dos campos do cacique Kaingang Inhoó, pelos grandes fazendeiros dos Campos Gerais paranaense na expansão de seus domínios

Palavras-chave: Guerra de Conquista, Paraná, Tibagi, Kaingang.

¹. Texto apresentado na V Encontro Regional de História - ANPUH-PR, de 10 a 13 de julho de 1996, em Ponta Grossa-PR, com o apoio da FAPESP.

². Doutorando em História pela UNESP-Assis.

Introdução

Os territórios da bacia do rio Tibagi no Paraná foram ocupados, desde tempos imemoráveis, por populações indígenas, que sempre defenderam suas matas, seus campos e rios dos invasores. Apresentaremos aqui a guerra de conquista movida contra essas populações pelos brancos, europeus e nacionais, desde o século XVI até fins do século XIX. Guerra esta entendida no sentido dado por Antônio C. de Souza Lima: um processo que requer uma organização militar conquistadora que age em nome de um Deus, uma Nação, um Rei, Império, etc; um povo de onde se origina o conquistador e que lhe dá uma identidade social e uma direção comum; e o butim, composto pelo povo conquistado com seus territórios e riquezas que são mercantilizados. E conquista quando parte do povo conquistador fixa nos territórios conquistados; faz uma exploração sistematizada do butim e passa a veicular os elementos básicos da cultura invasora através de instituições concebidas para tanto.³

Essa guerra iniciou-se nas primeiras décadas do século XVI com as expedições portuguesas e espanholas cruzando a região em busca de metais, escravos, e de uma rota para o Paraguai e Peru. Acentuou-se nos seiscentos com a implantação das Reduções Jesuíticas no Guairá e com as bandeiras paulistas que invadiram a região capturando índios. Prosseguiu no século XVIII com a descoberta de ouro e diamantes no Tibagi e com as expedições militares que construíram fortificações e cruzaram o território rumo ao Mato Grosso. Recrudescer no novecentos com a ocupação da bacia oriental do Tibagi, e a partir da segunda metade do século, com a invasão dos campos do cacique Kaingang Inhoó, pelos grandes fazendeiros dos Campos Gerais paranaense na expansão de seus domínios. E no século XX a **guerra de conquista** continuou com o saque e invasão sistemática - com apoio institucional ou por ações isoladas de fazendeiros e agricultores da região - das terras da Reserva Indígena dos Kaingang em São Jerônimo da Serra, a última tentativa ocorreu em janeiro de 1996.

As expedições que cruzaram a região no século XVI

³ .Cf. Antônio C. de Souza LIMA, Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil. Tese de doutorado, defendida em 1992 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social no Museu Nacional/UFRJ.

O contato dos brancos europeus com os grupos indígenas (Jê e Tupi), habitantes da bacia do rio Tibagi desde tempos imemoráveis, ocorreu no início do século XVI com as primeiras expedições portuguesas e espanholas que cruzaram a região rumo ao Paraguai e ao Peru.

Em 1531/32, Aleixo Garcia, convocado por Martim Afonso de Souza, empreendeu uma viagem até o Peru e foi morto pelos Guarani quando regressava.

Nessa jornada atravessou os campos de Piratininga, passou o rio das Cinzas, navegou e transpôs o rio Tibagi, pouco abaixo da foz do Iapó e, embrenhando-se nos sertões de oeste, cruzou o Ivaí, margeou o Piquiri, e tranpos o Paraná acima das sete quedas e penetrou no território da hoje República do Paraguai. Pelo itinerário seguido por esta expedição, vê-se que ela cortou as terras tibagianas, passando, exatamente, no lugar onde, muito tempo depois, foi fundada a atual cidade de Tibagi. (MERCER, 1934:8).

Alguns depois, Jorge Sedenho com uma nova tropa de soldados e nobres portugueses seguiu a pista de Aleixo Garcia e foi morto na travessia do rio Paraná.

(...) foi com toda sua gente sacrificado no Rio Paraná, a montante dos saltos das Sete Quedas, pelos índios do poderoso Cacique Guairá. (...) Aqueles silvícolas, de bom grado prontificaram-se a dar passagem à caravana, mas fizeram-na em canoas cheias de rombos que habilmente mascararam com emplastos de argila. A certo ponto acima dos saltos (...) retiraram os tapumes e, a nado, puseram-se a salvo ganhando a ilha, donde apreciaram o desenrolar do drama, (...) As canoas soçobraram e, com os passageiros, lá se foram águas abaixo, desaparecendo tudo, dentro de alguns instantes, nos sumidouros infernais dos saltos lendários. (MERCER, 1934:8)

Em 1532, Francisco de Chaves, a mando de Martim Afonso de Souza, organizou uma expedição de 80 homens que nunca

mais regressou. *Fora atacada e destruída, segundo alguns autores, pelos Carijós, em região próxima às nascentes do Iguaçu - e, segundo outros, com mais verossimilhança, nas proximidades desse rio e do Paraná.* (MARTINS, 1940:12).⁴ De qualquer forma, partindo de algum lugar do litoral paulista, provavelmente o rio Iguapé, Francisco Chaves cruzou as cabeceiras do rio Tibagi em direção a foz do rio Iguaçu no rio Paraná onde foi atacado conforme as informações de Cabeza de Vaca.⁵

D. Alvar Nunez Cabeça de Vaca, depois de várias aventuras na América do Norte veio tomar posse e comandar a província do Paraguai em nome do rei da Espanha. Desembarcou na Ilha de São Francisco em Santa Catarina e rumou à Assunção no Paraguai acompanhado de 250 arcabuzeiros e balisteiros. Subiram a Serra do Mar, atravessaram o rio Iguaçu e, *aos três dias do mês de dezembro chegaram a um outro rio que os índios chamam Tibagi*, (VACA, [1555] 1987:132), provavelmente nas imediações da atual cidade de Ponta Grossa.

Em 1544, Domingos Martins de Irala veio ao Guaíra combater os inimigos dos Guarani e fundou a cidade de Ontiveros junto ao rio Paraná

No início da década seguinte, 1551, Diego de Senabria realizou o mesmo itinerário de Cabeza de Vaca, Ainda nesse ano Cristoval de Saavedra, atravessou a região vindo do Paraguai via terrestre até o porto de São Vicente em São Paulo. No ano seguinte Hernando de Salazar, também fez o mesmo roteiro de Assunção no Paraguai até o porto de São Vicente em São Paulo. Esse roteiro também foi o percorrido por Ulrich Schmidl, nesse mesmo ano. Ele partiu de Assunção em 26/12/1552 acompanhado de 20 Índios Carijós em duas canoas pelo rio Paraguai, com destino a Santos em SP pelo interior do Paraná, onde chega em 13/06/1553.

Ruy Dias Melgarejo, em 1554, *Percorreu o Peabiru, desde de Ontiveros até São Vicente*, e regressou em 1555 partindo de São Francisco em Santa Catarina, *seguindo o mesmo roteiro de Cabeza de Vaca*. (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969:45)

O ano de 1555 foi marcado por várias ocorrências nos territórios do Tibagi. Francisco de Gambarota veio do Paraguai até o

⁴. Carijós era como eram chamados os Guarani que partes dos territórios que hoje são o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

⁵. Para maiores informações sobre esse acontecimento consultar Cabeza de Vaca. *Naufrágios e Comentários*, São Paulo, 1987.

porto de São Vicente em São Paulo. Nuflo Chaves saiu de Assunção para combater os índios no Guairá. E, Rodrigo de Vergara chegou ao Guairá para iniciar a cidade de Ontiveros nas imediações da foz do Piquiri no Paraná.

Em 1556 foi a vez Juan de Salazar e Cipriano de Goes fazer o caminho inverso partiram de São Vicente para o Paraguai. No ano seguinte Ruy Dias Megarejo, transfiriu a vila de Ontiveros três léguas acima de Sete Quedas, junto a foz do Piquiri, agora com o nome de Ciudad Real del Guairá. O mesmo Rui Diaz Melgarejo expandiu os territórios espanhóis no Guairá fundando a cidade de Vila Rica del Espirito Sancto, na confluência do rio Corumbatai com Ivaí em 1580.(MARTINS, 1940:17) *A nova cidade que contava com 60 moradores brancos parecia ter futuro, dominando uma região com cerca de quarenta mil famílias indígenas, cujo trabalho poderiam explorar sem obstáculos.* (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969:48)

No final da década de 1580, mais precisamente em 1588, os padres Ortega e Filds percorreram a região do Guairá e informaram aos seus superiores a existência de 200 mil índios no Guairá, propuseram reuni-los em grandes aldeamentos. Era o início das Reduções Jesuíticas no Guairá, os conquistadores passaram a veicular os elementos básicos da sua cultura através dos padres Jesuítas. Enquanto isso a guerra de conquista continuou por seus meios tradicionais, Em 1601, Hernando Arias de Saavedra combateu os índios no Guairá e foi derrotado pelos guerreiros de Guairacá.

A exploração das populações indígenas pelos conquistadores não foi sem obstáculos como afirmam os autores acima, e a conquista dos seus territórios também não ocorreu de forma pacífica. Em todos os momentos, e por várias etnias, a resistência foi renhida e sangrenta. O território do Guairá foi palco de guerras variadas e constantes. A conquista dos territórios indígenas foi feita palmo a palmo com o uso da espada, do arcabuz e da cruz. Alianças foram estabelecidas e rompidas, de ambas partes fidelidades foram sacramentadas e traições meticulosamente planejadas.

Índios, padres, fazendeiros espanhóis e paulistas no Guairá

No limiar dos seiscentos os portugueses chegaram na região em busca do seu butim; escravos indígenas para o trabalho nas

fazendas paulistas e metais preciosos. Em 1602, Nicolau Barreto desceu o rio Paraná passando pelo Guairá rumo as minas de Potosi no Peru.

Em 1607, mais um viajante atravessou a região rumo ao Paraguai, Pedro Franco de Torres fez o mesmo roteiro já conhecido desde meados do século XVI. Nesse mesmo ano Manuel Preto, um dos maiores predadores de índios da época, dirigiu uma bandeira para o aprisionamento dos índios Guaranis nas proximidades da cidade espanhola de Vila Rica do Espírito Santo. Com as investidas dos portugueses na região, em 1608 o Rei da Espanha criou a Província del Guairá, abrangendo os territórios indígenas a leste do rio Paraná. Manuel Preto voltou ao Guairá em busca de índios nos anos de 1611, 1618, 1623 e 1628. Seu fim foi a morte por ferimentos de flechas recebidos em plena campanha de aprisionamento de índios.⁶

As primeiras décadas do século XVII foi marcada por uma intensificação das ações dos europeus no Guairá. De um lado temos os choques entre os encomendeiros espanhóis, que buscavam escravizar os índios em suas plantações de mate, e a resistência dos Guarani, os padres Jesuítas em sua pregação religiosa tentando inculcar os valores da sociedade invasora junto as várias etnias existente na região e, cruzando os interesses dos encomendeiros espanhóis e os padres da Cia de Jesus tivemos os paulistas que vieram ao Guairá em busca de seu butim. Do outro lado temos os índios, Guarani e as etnias Jê (Kaingang e Xoc Leng), fazendo uma leitura própria da conjuntura, resultando daí suas alianças, seus acordos e suas guerras, complicando o entendimento sobre os fatos ocorridos nas relações deles com os invasores de seus territórios. Portanto, a análise não pode ser dicotômica: índios contra brancos. Deve-se considerar os grupos invasores e seus interesses localizados, as etnias Guarani e os grupos Jê (Kaingang e Xoc Leng) que eram inimigas entre si e as alianças ocorridas entre esses grupos. Alianças explícitas ou não, o fato de um determinado momento um grupo indígena, que era refratário a pregação dos padres, procurar as reduções pode ter sido apenas uma estratégia política momentânea para se livrar dos invasores paulistas ou do trabalho escravo das encomiendas.

Os padres da Cia de Jesus construíram 17 Reduções nos vales dos rios Paraná, Iguazu, Piquiri, Ivaí, Paranapanema e Tibagi. Instaladas no vale do Tibagi estavam as Reduções de São José, São Francisco Xavier,

⁶ . Cf. Victor de AZEVEDO. Manuel Preto “O Herói de Guairá”. São Paulo, 1983.

Encarnación e São Miguel. Todas foram destruídas pelas invasões dos bandeirantes paulistas no final da terceira década do século XVII.⁷

Por outro lado as bandeiras paulistas foram responsáveis pela primeira construção militar no vale do Tibagi. Em 1628, Antônio Raposo Tavares e Manoel Preto, ao atacarem o Guairá, construíram um forte ou campo entrincheirado na margem esquerda do Tibagi. O padre Maceta se refere a ele como ponto de apoio ou quartel de inverno dos bandeirantes "*una palisada fuerte de palos, cerca de nuestras aldeas*" (CARNEIRO, 1942:10)

Destruídas as Reduções Jesuíticas as populações indígenas se dispersam, parte foi para o sul junto com os padres fundar os sete povos das missões, outra parte voltou a reocupar seus os antigos territórios. Mas a região não deixou de ser um atrativo para os paulistas. Em 1651, Fernão Dias Paes Leme, ficou por três anos na região da Serra da Apucarana, e submeteu os caciques da nação Guainá, ancestrais dos Kaingang, levando-os prisioneiros para São Paulo com todo o seu povo. Pedro Taques em **Nobiliarquia Paulistana**, relata essa expedição.



Foto1

Mapa da região do Guairá onde foram instaladas as Reduções Jesuíticas.

In: Jaime CORTESÃO. Jesuítas e Bandeirantes no Guairá.

Rio de Janeiro, 1951. (Lúcio T. Mota, 1995)

⁷ . Sobre a construção e a destruição das Reduções Jesuíticas ver Jaime Cortesão. Bandeirantes e Jesuítas no Guairá.

Penetrou Fernão Dias Paes o sertão do sul até o centro da serra de Apucarana, no reino dos índios da nação Guayanã, pelos annos de 1651; nelle existiu alguns annos, tendo estabelecido arraial com o troço das suas armas, para vencer a reducção daquelle reino, que se dividia em três differentes reis. (...) Poz-se em marcha o grande corpo daquelles reinos e todos seguiam gostosos esta transmigração debaixo do commando inteiramente do seu conquistador e amigo Fernão Dias. (TAUNAY, 1955:167)

Esse fato requer estudos mais aprofundados, pois certamente os índios não seguiram *gostosos o amigo* Fernão Dias. O paulista invasor teve de permanecer vários anos na região, estabeleceu um arraial, provavelmente um local fortificado aos moldes do construído em 1628 por Raposo Tavares para conter o ataque dos índios. Taques fala em cerco imposto por Fernão Dias as plantações desses índios. E dos três caciques, Tombu, Sondá e Gravitay, este ultimo morreu antes da partida, Sondá morreu na marcha, podemos atentar para hipótese de resistência desses caciques a seguir o invasor. Apenas o primeiro, Tombu, chegou a Santana do Paraíba onde morreu alguns anos depois.

A descoberta de ouro e diamantes e as expedições militares no vale do Tibagi no século XVIII

A serra da Apucarana e o vale do Tibagi continuou sendo um atrativo para os aventureiros, e uma esperança de riquezas para os governos de plantão. Em meados do século XVIII Francisco Tosi Colombina apresentou aos governantes um plano de ocupação dos territórios indígenas do Tibagi, para ele rico em ouro.

E para senhorearse com facilidade dessas terras do Tabagy que agora estão ocupadas do numeroso Genticio Guayanã, (...) um dos melhores meyoys hé transportar huns Casaes dos indios mansos, que se achão nas aldeas de São Paulo, e lá Aldealos. (COLOMBINA, [1753] 1974:33)

O plano de Colombina não foi levado adiante mas foi descoberto ouro e diamantes em Pedras Brancas, a sudoeste da atual cidade de Tibagi, na margem esquerda do rio do mesmo nome, (MERCER,[1934]1977:23) por Angelo Pedroso, e Frei Bento de Santo Angelo. Essas descobertas causaram a disputa das terras das minas do Tibagi por poderosos donos de lavras de Minas Gerais e autoridades de

Paranaguá. Em 1757, o Ouvidor de Paranaguá, enviou uma bandeira de 200 soldados para Pedras Brancas com a finalidade de submeter os posseiros. Enviada pela Câmara de Curitiba, para vigiar os garimpos de Pedras Brancas, essa guarda ficou acantonada, no registro de Nossa Senhora do Carmo na foz do rio Capivari no Tibagi, até 1765, e aí foi instalado o forte militar de Nossa Senhora do Carmo. Nesse século o vale do Tibagi também foi marcado pela passagem das expedições militares de Morgado de Mateus, Governador de São Paulo, com destino ao Forte Militar de Iguatemi no Mato Grosso. Entre os anos de 1769 e 1774 várias expedições partiram do Porto de São Bento no Tibagi com destino ao rio Ivaí e daí para o Mato Grosso.⁸ Conforme Edmundo Mercer, o Porto de São Bento foi uma antiga fazenda situada a margem esquerda do Tibagi a 4 léguas acima da cidade do mesmo nome. Esse porto foi estratégico para as expedições que iam para o forte de Iguatemi no Mato Grosso.

As construções fortificadas, tipicamente militares, o envio de tropas que ficavam acantonadas nesses territórios e as expedições de carácter militar, bem como as Reduções Religiosas, foram ações dos governos e das populações brancas, européias ou nativas, na conquista dos territórios indígenas do vale Tibagi.

O estabelecimento das fazendas de gado nos territórios dos Kaingang no Tibagi e a ocupação dos campos do cacique Inhoó, atual São Jerônimo da Serra e adjacências.

No século XIX, tivemos a ocupação da bacia oriental do Tibagi pelos grandes fazendeiros dos Campos Gerais paranaense que procuravam expandir seus domínios. Em 1794, Antônio Machado Ribeiro (Capitão de mato do Sargento Mor José Felix da Silva) atravessou o rio Tibagi, acima do rio Iapó, e ocupou o lugar onde seria a cidade de Tibagi, no coração dos territórios Kaingang. Em 1812, o próprio José Felix da Silva comandou uma Expedição Militar ao Tibagi. Foi dada a José Felix da Silva a patente de tenente-coronel de Milícias para que ele comandasse, as

⁸ .Para maiores detalhes sobre a campanha do Morgado de Mateus no Paraná e Mato Grosso ver Afonso BOTELHO. Notícia da Conquista e Descobrimento dos Sertões do Tibagi; Heloísa L. BELLOTTO. Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o governo de Morgado de Mateus em São Paulo; Davi CARNEIRO. Afonso Botelho de São Payo e Souza.

suas custas, uma expedição para descobrir o que houvesse no Tibagi. José Felix entrou com uma companhia de aventureiros pelo Tibagi e descobriu diamantes nesse rio. Essas descobertas explicam o rápido enriquecimento de José Felix da Silva, dono da Fazenda Fortaleza e de muitas outras na região de Castro e Tibagi. (CHICHORRO, 1873:219). Elliot afirma que os campos do Inhonho⁹, ou de Santa Barbara, a vinte e sete léguas a noroeste de Castro, foram descobertos pelo tenente-coronel José Felix da Silva, dono da fazenda Fortaleza. (ELLIOT, 1848:157). Em 1820, Auguste de Saint-Hilaire, excursionou pelos territórios do Paraná, vindo de Sorocaba - SP pelo caminho dos tropeiros até Curitiba, aí presenciou a partida de expedições militares organizadas pelos fazendeiros da região contra os Kaingang a oeste das grandes fazendas de criação.

Em 1838, iniciou-se a ocupação dos Campos do Inhoó, por Manoel Inácio do Canto e Silva. Elliot informa que oito anos antes de sua entrada nesses campos, em 21/10/1846, o neto de José Felix da Silva, Manoel Inácio, tinha mandado abrir uma picada de cargueiros até esses campos e para tomar posse dos mesmos mandou queima-los.

A partir dos anos 1840, as iniciativas de ocupação das terras da bacia do Tibagi foram levadas adiante pelo Barão de Antonina (João da Silva Machado), este encarregou José Francisco Lopes e John Henrique Elliot de várias expedições de reconhecimento da região. Conforme Elliot, a 2ª expedição enviada pelo Barão, foi comandada por Joaquim Francisco Lopes e ele como piloto mapista, num total de 9 pessoas. Saíram da fazenda Monte Alegre, pertencente ao Sr. Manoel Inácio do Canto e Silva, atravessaram o Tibagi e seguiram rumo norte-noroeste em direção a Serra da Apucarana. No dia 15/9/1846, chegaram ao rio Apucarana nas fraldas da Serra. Subiram a serra por vários dias até que as condições atmosféricas lhes permitissem vislumbrar toda a região. Elliot afirma que desse local avistou os campos do Inhonhó distante oito a nove léguas a nordeste na margem ocidental do Tibagi. Desse local eles concluíram que o Tibagi deveria ser navegável logo abaixo desses

⁹. Ou campos do Inhoó, cacique dos grupos Kaingang que habitavam a região por ocasião da ocupação pelo Barão de Antonina em 1846. Cf. Kimiye TOMMASINO. As várias formas de inserção dos índios na sociedade nacional: os Kaingang e Guarani no Estado do Paraná. Londrina, Projeto de Pesquisa, UEL, 1991.

campos, e que era necessário explorá-los para ver se eram grandes o suficiente para o estabelecimento de um depósito e acomodação de gado, bem como o fornecimento de pastagens para as tropas que seguissem com mercadorias para o embarque no Tibagi rumo ao Mato Grosso. De volta, chegaram dia 8/10/1846 na fazenda Monte Alegre, e dia 13/10/1846 na fazenda Perituva, depois de 54 dias de ausência. Após os relatos ao Barão, este determinou que eles deveriam prosseguir as explorações para abrir o caminho de Curitiba ao Mato Grosso.

Uma semana após terem chegado da Serra da Apucarana, Lopes e Elliot, mais o genro do Barão de Antonina, o Sr. Vergueiro, partiram para os campos do Inhoó. Era uma expedição de 30 pessoas com dois índios como guias. Iniciaram a picada em 21/10/1846 e, em 20/11/1846 chegaram a esses campos. Lá queimaram-no e os índios responderam com fogos em três lugares diferentes; a norte distante seis a oito léguas, e mais um a nordeste a quatro léguas. Demoram na exploração dessas campinas durante 10 dias, eram várias campinas entremeadas de matos. No dia 4/12/1846 eles se encontravam nos campos de Inhoó que denominaram de São Jerônimo. Concluíram que eles eram o suficiente para a instalação de um depósito, que o Barão projetara, isto é, um entreposto entre o futuro porto do Jataí no Tibagi e Castro. Como podemos perceber nos relatos de Elliot, esses campos era o habitat de um grupo Kaingang, quando o Barão de Antonina os apossou.

Em 16/12/1846, Lopes e Elliot e mais 12 pessoas, por determinação do Barão, rumaram dos Campos do Inhoó para norte acompanhando o Tibagi de uma a duas léguas de distância. Seguiram para o ribeirão Santa Barbara, depois acompanham o rio Congonhas. Tudo indica que o itinerário seguido foi o divisor de águas entre o rio Congonhas e o rio Tibagi. No dia 13/1/1847 estavam de volta aos campos do Inhoó depois de 25 dias.

Em 15/3/1847, a 5ª entrada de Lopes e Elliot, também por determinação do Barão de Antonina, partiu dos Campos do Inhoó em direção aos fogos dos índios que eles tinha visto na exploração de novembro de 1846. Após atravessarem o rio Congonhas¹⁰, a seis léguas dos campos de Inhoó, eles chegaram as queimadas.

¹⁰. Elliot disse que puseram esse nome nesse rio por causa da abundância de erva mate que havia no local.

Ainda em 1847, o Barão de Antonina ordenou à José Francisco Lopes e João H. Elliot que partissem para descobrir o caminho para o Mato Grosso. Em 14/6/1847, Elliot, Lopes e 3 camaradas embarcam no Tibagi, em algum lugar, uma légua abaixo dos Campos do Inhoó. Dia 20/9/ iniciaram a viagem de retorno de Albuquerque no Mato Grosso para Perituva em São Paulo, onde chegam a 27/12/1847, com seis meses e treze dias de viagem.

A partir dessa data os território do cacique Inhoó nos planaltos a leste do rio Tibagi seriam transformados em entreposto comercial, caminho para o Mato Grosso e fazenda de criação do Barão de Antonina. O comerciante Antônio Prestes, em viagem para o Mato Grosso, em 1851, passou por São Jerônimo e lá encontrou José Raymundo Curim como administrador da fazenda do Barão de Antonina. (PRESTES, 1851:775). Podemos constatar que após 6 anos da chegada de Lopes e Elliot aos campos do Inhoó, o Barão de Antonina já tinha consolidado uma fazenda no território Kaingang, fazenda esta que alguns anos depois ele vai repassar ao governo do Império para a criação do Aldeamento Indígena de São Jerônimo.

Em 31/8/1856, o Barão de Antonina ordenou a demissão de todos os empregados de São Jerônimo, e retirou todo o pessoal da fazenda, inclusive escravos e animais.(CASTELNUOVO, In: CAVASO, 1980:255). No dia 12/1/1857, chegou ao Aldeamento Indígena de São Pedro de Alcântara, vindo do acampamento de São Jerônimo, o restante dos escravos ficando nessa fazenda apenas as tropas de mulas e os bois carreiros. Alguns meses depois (11/4/1858), chegou o resto das tropas que estavam em São Jerônimo. Timóteo diz que com isso não ficou na fazenda nenhum objeto pertencente a nação, isto é, ao governo do Império.

No final de 1858, (14/12/1858), os Kaingang atacaram a fazenda São Jerônimo levando ferramentas e materiais do trem bélico que ali estava estacionado. Esse ataque é relatado pelo presidente da província Francisco Liberato da seguinte forma:

Também em Castro, no dia 14 do próximo passado, um grande número de índios, quasi todos guerreiros armados de arco, flecha e lanças com choupas de ferro, assaltaram a fazenda S. Jerônimo, na estrada para Jatahy, invadiram a casa da residência do administrador, e o intimaram, a lhes entregarem todas as ferramentas, sob pena de ser morto, servindo de

interprete d'elles uma indígena velha, que fala regularmente o português. Obedecidas, novas exigências fizeram, e por último apoderaram-se de tudo que encontraram.¹¹

Na seqüência do relato sabe-se que o administrador refugiou-se na fazenda Fortaleza, a pretexto de ir buscar mais presentes. Lá encontrou o sertanista Joaquim Francisco Lopes, que seguia com um carregamento de presentes para os Kayoá no Mato Grosso. Lopes seguiu imediatamente para São Jerônimo tentando acalmar os Kaingang com presentes. Por sua vez o governo provincial enviou um contingente de 46 praças sob o comando do capitão Camilo Xavier de Souza, para a fazenda de São Jerônimo, que acabou não encontrando os índios. Os Kaingang atacaram a fazenda que o Barão de Antonina tinha cravado nos campos do cacique Inhoó, no centro dos seus territórios no vale do Tibagi.

No ano seguinte em 17/06/1859, possivelmente devido ao levante dos Kaingang na região, foi criado, pelo Aviso da Secretária de Estado dos Negócios do Império, o Aldeamento Indígena de São Jerônimo da Serra. Ele foi instalado no antigo território Kaingang possiado pelo Barão de Antonina. A planta da colônia foi traçada por Elliot e seu primeiro Diretor foi Joaquim Francisco Lopes. Esse Aldeamento teve como primeiro religioso o Frei Mathias de Gênova, e em seguida assumiu Frei Luiz de Cemitille. Alguns dias depois de criado o Aldeamento de São Jerônimo, (21/06/1859), o Barão de Antonina passou para o domínio do Governo Imperial a fazenda São Jerônimo, da qual era dono a 14 anos, desde a posse feita em 1846. A extensão dessas terras era de 33.800 ha, com os seguintes limites;

Pelo lado do sul com a Serrinha da Esperança, pelo lado norte com o grande ribeirão de S. Jerônimo; pelo oeste, por um pequeno arroio que nasce da mencionada Serrinha denominado Pilõesinhos, que desagua para o rio Tibagi e serve de divisa aos terrenos denominados Julião, pertencente a Feliciano Nepomuceno Prates; e finalmente, pelo de leste por um possante ribeirão que nascendo da mesma Serrinha, vae desaguar no referido ribeirão grande de S. Jerônimo, servindo de divisa ás faxinas

¹¹. Cf. RELATÓRIOS, 07/01/1859, Presidente da Província, Francisco Liberato de Mattos, microfilme.

da Alagoa Santa Barbara e outros pertencentes também a elle Barão de Antonina. (CAVALCANTI, 1924:9)

Os primeiros Kaingang deslocados para esse aldeamento foi o grupo do Cacique Arapquembé, num total de 78 índios. E no início de 1860, Joaquim F. Lopes foi à Curitiba com mais 32 índios Kaingang para receberem presentes. Lá eles prometeram levar para São Jerônimo um grande número de seus parentes que viviam nos campos e matas da região. Dois anos depois o governo provincial nomeou um interprete dos Kaingang em São Jerônimo, o Sr. José Joaquim de Moraes Dutra. No ano seguinte aldearam 112 Kaingang do grupo do cacique Caurú. Em 1864, foi a vez de aldearem os 95 Kaingang do grupo do cacique Gregório. No ano seguinte Telêmaco Borba assumiu a direção do aldeamento de São Jerônimo a pedido de Joaquim Francisco Lopes. Em 1866, Frei Timóteo designou o Frei Luiz de Cemitille para o Aldeamento Indígena de São Jerônimo da Serra.

O ano de 1875 é marcado por um fato importante que sinaliza o início da ocupação das terras do Aldeamento Indígena de São Jerônimo por populações não indígenas. Em 4/9/1875, o Governo Imperial, pelo aviso da Fazenda, nº 150, autorizou o governo da Província a conceder títulos de arrendamento às famílias brancas residentes no Aldeamento, conforme a solicitação de Frei Luiz de Cemitille. (CAVALCANTI, 1924:10). Sobre esse assunto o Diretor Geral dos Índios do Paraná, José Correia Bittencourt, enviou ofício ao Presidente da Província, o Dr. Joaquim Bento de Oliveira, nesse ofício ele disse que:

Cumprindo o determinado por V. Exa., em despacho, sobre a petição de 32 pessoas que pedem terrenos para estabelecerem no Aldeamento de S. Jerônimo e julgando as vantagens para o mesmo aldeamento o deferimento das petições inclusas, cumpre-me declarar a V. Exa., que concordo com a informação prestada pelo respectivo Diretor, no entanto V. Exa., resolverá como mais acertado julgar. (OFÍCIOS, 26/11/1877, APEP).

A comunicação do Diretor Geral dos Índios é apenas a formalização de uma decisão que já tinha sido tomada pelo Presidente da Província, com a autorização do Governo Imperial, de ceder as terras do Aldeamento de São Jerônimo para os brancos que estavam na região.

Em 1878, Cemitille comunicou que iria colocar todos os seus empregados e índios na abertura de um novo caminho para os Campos Gerais. Esse novo caminho procurou evitar os ribeirões, o novo traçado seguiu pelos espigões divisores das águas do Tibagi e Cinzas, passando por Ventania até a fazenda Fortaleza, o que seria a estrada do Cerne hoje (BR 090). Nesse ano havia 76 fogos totalizando 294 pessoas. No ano seguinte Frei Cemitille criou a Colônia Agrícola Brasileira Dantas Filho, a dez léguas de São Jerônimo nas margens do novo caminho para Castro.

O relatório anual do Frei Cemitille de 01/01/1879, informou que no Aldeamento de São Jerônimo estava em construção 8 casas para moradia dos índios que residiam no Aldeamento, um engenho de moer cana, um monjolo, além da existência das residências do pessoal administrativo, cadeia e igreja. A população de índios aldeados era de 405 indivíduos assim distribuídos; 132 do sexo masculino maiores de 10 anos, 111 do sexo feminino maiores de 10 anos, 90 menores do sexo masculino e 72 do sexo feminino. (OFÍCIOS, 01/01/1879, APEP). Mas em 22/11/1881, por Aviso do Ministério da Agricultura o Frei Luiz Cemitille foi transferido para o aldeamento de Guarapuava. *Ele é enviado pelo Ministro da Agricultura a tratar de serviço da catequese no sul, nos sertões de Guarapuava.* (ORLEANS, 1957:248)

As tentativas de ocupação das terras indígenas dos campos do Inhoó, pelos brancos continuou agora nas terras "doadas" aos Kaingang pelo Barão de Antonina. Em 4/2/1882, a Câmara Municipal de Tibagi, liderada por Telêmaco Borba, sugeriu a criação de um novo Aldeamento na margem esquerda do Tibagi na barra do rio Bello, extinguido o da localidade de São Jerônimo. Wachowicz afirma que o objetivo de Telêmaco Borba e de seus seguidores era tentar apoderar-se das terras indígenas do aldeamento de São Jerônimo. (WACHOWICZ, 1987:60)

Com a saída do Frei Luiz de Cemitille, o Frei Timóteo de Castelnuovo assumiu as funções religiosas em São Jerônimo. Em 30/9/1883, Frei Timóteo crismou 250 pessoas, essa crisma rendeu para a paróquia 14\$600, ele teve a ajuda do Padre José Julhiani. Cinco anos depois, em 1888, morreu e foi sepultado em São Jerônimo, um dos braços direito do Barão de Antonina no reconhecimento de amplos territórios a oeste dos campos gerais, John Henrique Elliot e sua mulher Reginalda Rocha Elliot, eles deixaram quatro filhos.

As tensões entre os Kaingang e as populações brancas que circulava na região eram constantes e em 7/4/1891, os Kaingang atacaram

viajantes no caminho de São Jerônimo, nesse ataque morreu o Kaingang Gaspar. Os Kaingang de São Jerônimo revidaram incendiando o acampamento dos brancos na margens do rio Congonha. Dessa forma chegamos ao fim do século XIX, os Kaingang defendendo seus territórios ancestrais da invasão branca, e estes utilizando todas as formas possíveis para expandir suas conquistas nos territórios Kaingang do Tibagi.

A morte de Frei Timóteo de Castelnuovo, em 1895, resultou no desmantelamento do Aldeamento Indígena de São Pedro de Alcântara em frente a vila de Jatai. *De qualquer forma, na virada deste século, dado o quadro de abandono, podemos deduzir que os Kaingang retornaram para as florestas principalmente para a região de serras entre os rios Tibagi e Cinzas.* (TOMMASINO, 1995:120). Nessa região de serras e ao longo do Tibagi foram criadas as Reservas Indígenas onde foram “acomodados” os Kaingang. A Reserva Apucarana no município de Londrina, a Tibagi e Queimadas no município de Ortigueira, e os territórios Kaingang do cacique Inhoó foram ocupados e transformados na cidade de São Jerônimo da Serra, restando aos Kaingang nesse município duas áreas; a de São Jerônimo, junto a cidade, e a área denominada Barão de Antonina também no município de São Jerônimo da Serra. No século XX o esbulho das terras dos Kaingang em São Jerônimo continuou e no governo de Getúlio Vargas foi legitimado a expropriação dos territórios indígenas no Tibagi. Em 30/06/1945, através do Decreto Lei 7692, o governo federal cedeu ao governo do Paraná a antiga fazenda São Jerônimo para a instalação do município. De uma área original de 33.800 ha os índios ficaram apenas com 4.840 ha em duas áreas separadas. O mesmo ocorreu em 1949 com a área indígena do Apucarana, os 54.000 ha originais foram reduzidos a 6.399 ha, também dividida em áreas separadas.¹²

¹² . Para maiores detalhes sobre o esbulho dos territórios Kaingang do Tibago no século XX ver a tese de Doutorado de Kimiye TOMMASINO. História dos Kaingang da Bacia do Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em movimento, defendida em 1995 no programa de antropologia social da USP.

Conclusão

Nos séculos XVI, XVII e XVIII a conquista dos territórios e populações indígenas do Tibagi era justificada em nome do "Rei" (Espanha ou Portugal) e de "Deus" (Reduções Jesuíticas), foi nesse momento que os conquistadores, além de escravizar enormes contingentes de populações indígenas, passaram a veicular os elementos básicos da sua cultura através dos padres Jesuítas. No entanto, a análise das relações brancos e índios, não pode ser dicotômica: índios contra brancos. Deve-se considerar os grupos invasores e seus interesses localizados, as etnias Guarani e os grupos Jê (Kaingang e Xocleng) que eram inimigos entre si e, as alianças ocorridas entre esses grupos. Alianças explícitas ou não, o fato de um determinado momento um grupo indígena, que era refratário a pregação dos padres, procurar as reduções pode ter sido apenas uma estratégia política momentânea para se livrar dos invasores paulistas ou do trabalho escravo das encomiendas espanholas. No século XIX, a conquista ocorreu em nome da "Nação Brasileira" que se fundava, a usurpação dos territórios indígenas foram justificadas em nome da questão nacional e muitas vezes do perigo externo. Nesse século XX temos um novo componente justificando a destruição do que sobrou dos territórios Kaingang no Tibagi. Em nome do "Progresso" extensas áreas foram invadidas, desmatadas e transformadas em campos agrícolas e, agora no final do século a Companhia Elétrica do Paraná (Copel), também em nome do "Progresso", vai construir várias barragens no rio Tibagi, e uma delas vai inundar as terras baixas da Reserva onde estão localizadas as únicas áreas de florestas que restou aos Kaingang. Abre nos territórios Kaingang do Tibagi uma nova frente de luta contra um novo conquistador: as companhias hidrelétricas acessoradas por equipes de pesquisadores que elaboram relatórios de impactos ambientais e sociais e justificam a conquista em nome do progresso da sociedade envolvente.

Abstract

The territories of the Tibagi basin river in Paraná have been always occupied by Indian populations wich protected their forests, fields and rivers from the invaders. This paper intends to present the war of conquet moved against these populations and their territories by the

whites, Europeans and Brazilians until the XIX century. It started in the first decades in the XVI century, in the name of "King" (Spain and Portugal) and in the name of "God" (Jesuitical Missions) with Portuguese and Spanish expeditions crossing the regions searching for metal, slaves and a route to Paraguay and Peru. The fight was stronger in the 1600s with the establishment of the Jesuitical Missions in Guaira and with the expeditions from S. Paulo which invaded the region capturing Indians. It went on in the XVII century with the discovery of gold and diamonds in Tibagi and with the military expeditions which built up fortifications crossing the territory to reach Mato Grosso. Later, in the name of the "Brazilian Nation", with the occupation of the Tibagi basin, and with the invention of cacique's Kaingang Inhoó fields.

Key words: the war of conquest, Paraná, Tibagi; Kaingang.

Referências Bibliográficas

1. ALMEIDA, Aluisio de. Achegas a Biografia do Barão de Antonina. São Paulo: Revista do Arquivo Municipal, 1950.
2. ARAÚJO, Joaquim Pereira de Souza. Acirrada rivalidade no aldeamento de São Jerônimo. Curitiba: Boletim do Arquivo Publico. 10, 16:13, 1985.
3. AYROSA, Plínio Marques da Silva. As "entradas" de Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliot - O Barão de Antonina. São Paulo: RIHGESP, 28:221-229, 1930.
4. _____. Um "Croquis" da situação de N.S. Loreto. São Paulo: RIHGSP., 28:218-267, 796-804, 1930.
5. AZEVEDO, Victor. Manuel Preto. O Heroi de Guairá. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1983.
6. BALHANA, Altiva Pilati. História do Paraná. v.1. Curitiba: Paraná Cultural, 1969.
7. BELLOTTO, Heloísa Liberali. Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em SP. São Paulo: Sec. Estado da Cultura de SP, 1979.

8. BIGG-WITHER, Thomas P. Novo Caminho no Brasil Meridional: A Província do Paraná - 1872/1875. Rio de Janeiro: José Olympio/UFPR, 1878.
9. BORBA, Nestor. Excursão ao Salto da Guayra ou Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba. Rio de Janeiro: RIHGB, 1896, 1,97:65-87, 1876.
10. BOTELHO, Afonso. Notícia da Conquista e Descobrimto dos Sertões do Tibagi. Rio de Janeiro. Anais da Biblioteca Nacional 76, 1774.
11. BOUTIN, Leonidas. Colônias Indígenas na Província do Paraná. Curitiba: BIHGEP 36 separata, 1979.
12. _____. Colônias Militares na Província do Paraná. Curitiba. BIHGEP: 33:13-67, 1977.
13. CARNEIRO, Davi. Afonso Botelho de São Payo e Souza. Curitiba, Lítero-Técnica, 1986.
14. _____. O Paraná na História Militar do Brasil. Curitiba: Tipografia João Haupt & Cia, 1942.
15. CAVASO, Frei Emílio da. Sobre a Atividade dos Capuchinhos no Paraná - Brasil. Curitiba: BIHGEP 37:235-284, 1974.
16. CHICHORRO, Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho S. Memória em que se mostra o estado econômico militar e político da Capitania de São Paulo, quando do seu governo tomou posse a 8/12/1814. Rio de Janeiro: RIHGEB 36:197-232, 1873.
17. COLOMBINA, Francisco Tosi. Descobrimto das Terras do Tibagi. Maringá, Imprensa Universitária Maringá, 1975.
18. CORTES, Augusto Guimarães. Em Torno da "História de Tibagi" da Aatoria de Edmundo A. Mercer e Luiz L. Mercer. Curitiba: RIHGEP, 33:68-75, 1977.
19. CORTESÃO, Jaime. (Org.) Jesuítas e Bandeirantes no Guaira (1549-1640). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.
20. ELLIOT, João Henrique. Itinerário de huma viagem de exploração pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema, e os sertões adjacentes mandado fazer pelo Barão de Antonina. São Paulo: RIHGESP, 28:230-267, 1930.
21. _____. Itinerário das Viagens Exploradoras Emprhendidas pelo Sr. Barão de Antonina. Rio de Janeiro: RTIHGB. 10:153-177, 1848.
22. _____. Resumo do Itinerário de uma Viagem Exploradora pelos Rios Verde, Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e sertões adjacentes. Rio de Janeiro: RTIHGB 9:17-42, 1847.

23. FRANCO, Arthur Martins. Em Defesa do Índio e do Sertanejo. Curitiba: Cia Editora Estado do Paraná, 1925.
24. LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. Nobiliarquia Paulistana. Genealogia das Principais Famílias de São Paulo. São Paulo: RTIHGB 32: 1869.
25. LOPES, Joaquim Francisco. A Bandeira de Joaquim Francisco Lopes, no ano de 1829. Roteiro para o Mato Grosso. São Paulo: Boletim do Departamento Arquivo de São Paulo.
26. _____. Itinerário da melhor via de comunicação entre a província de SP e a de MT. Rio de Janeiro: RTIHGB 13:315-335, 1850.
27. _____. Memória sobre a vereda mais fácil da estrada para Matto - Grosso. Curitiba: Typ. de Cândido Martins Lopes, 1871.
28. MACHADO, João da Silva (Barão de Antonina). Relatório da exploração feita nos campos do Paiquere e rio Ivaí em 1842 conforme informações do alferes Antônio Pereira Borge. Rio de Janeiro: RIHGEB, 5:108-117, 1842.
29. MARTINS, Romário. Bandeiras e Bandeirantes em Terras do Paraná. Curitiba: Guaira, 1940.
30. _____. Peabiru - Um dos caminhos históricos do Paraná. Curitiba: BAP, 11(19):11-12, 1986.
31. _____. História do Paraná. Curitiba: Editora Guaira, 1939.
32. MARTINS, Urbano Borges. Significado da Palavra Tibagi. Curitiba: BIHGEP, 37:95-102, 1980.
33. MERCER, Edmundo A. & MERCER, Luiz Leopoldo. História de Tibagi. Curitiba, Cenicom, 1977.
34. MOTA, Lúcio Tadeu. As Guerras dos Índios Kaingang: a historia épica dos índios Kaingang no Paraná. Maringá, Editora da UEM, 1994.
35. MOURA, Gentil de Assis. O Caminho do Paraguay a Santo André da Borda do Campo. São Paulo: RIHGSP 13:167-180, 1908.
36. MUNIZ, Thomaz José (Major) Colônia Militar do Jataí - Curiosidades Sobre sua Fundação - 1856. Curitiba: BAP 7,11:38-42, 1856.
37. ORLEANS, Frei Casimiro M. de Pai dos Coroados. Curitiba, Tip. Max Roesner, 1957.
38. PRESTES, Antônio Dias Baptista. Viagem do Capitão Antônio D. Prestes e seu irmão Manoel D. B. Prestes desta província de São Paulo a Cuyabá em

- 21/04/1851. São Paulo: RIHGSP 28, 773-795. 1851.
39. RODERJAN, Roselys Vellozo. Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil Meridional. Curitiba: RIHGEP, 1992.
 40. SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem a Comarca de Curitiba. São Paulo, Cia Editora Nacional. 1820.
 41. TAUNAY, Affonso de E. A grande vida de Fernão Dias Pais. São Paulo, José Olympio, 1955.
 42. _____. História das Bandeiras Paulistas. São Paulo, Melhoramentos, 1946.
 43. TOMMASINO, Kimiye. A História dos Kaingang da Bacia do Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em Movimento. Tese de doutorado, USP-Antropologia social, São Paulo, 1995.
 44. VACA, Alvar Nunes Cabeza de. Nafragios e Comentários. Porto Alegre, LPM, 1987.
 45. WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná. Curitiba, Gráfica Vicentina, 1950.
 46. _____. Norte Velho, Norte Pioneiro. Curitiba, Gráfica Vicentina, 1987.
 47. WESTPHALEN, C.M.; CARDOSO, J.C. Atlas Histórico do Paraná. Curitiba, Livraria do Chaim, Editora, 1980.

REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL 2(1): 187-207, 1997.